

PANORAMA

www.aese.pt

EUA: Dinheiro para as escolas que se reformam

Nos EUA, as escolas dependem fundamentalmente dos Estados, mas o Departamento de Educação distribui também fundos públicos federais para apoiar programas educativos que lhe interessam. É o que está a fazer também a Administração Obama com o programa "Race to the Top", no qual os Estados competem por fundos federais para financiar reformas educativas. Há alguns meses, efectuou-se o concurso, onde se seleccionaram nove Estados e o Distrito de Columbia, que repartirão entre si 3.400 milhões de dólares.

Neste caso não se trata de reformas futuras, pois o que se valoriza são as mudanças já empreendidas nos ensinos primário e secundário. Um júri de especialistas no ensino público avaliou as iniciativas de cada Estado, em função de 19 critérios.

Um dos mais importantes foi a disposição de permitir o crescimento das charter schools, escolas públicas autónomas geridas por grupos independentes (professores, pais, iniciativas sem fins lucrativos, etc.). Este tipo de escolas, nascidas nos anos 90, obtiveram bons resultados e têm lista de espera. Embora os sindicatos dos professores do ensino público não as vejam com bons olhos, a Administração de Barack Obama decidiu apoiá-las. Alguns dos Estados que competiram no "Race to the Top", como Illinois e Nova Iorque, suprimiram os limites para a criação de charter schools.

Outro critério importante no exame das propostas, foram os esforços efectuados para que a avaliação dos professores esteja ligada aos resultados dos alunos. Já desde 2006 que se vêm adoptando medidas em diversos Estados para que a carreira docente e o salário dos professores não dependam apenas do seu título e antiguidade, mas também dos resultados dos alunos.

No concurso recebiam pontos adicionais os Estados com o apoio dos sindicatos dos professores às suas propostas. Isto foi posto em causa por alguns, por considerarem que os sindicatos são precisamente os maiores opositores a essas reformas.

Nesta segunda edição do "Race to the Top" competiram 35 Estados. Os dez vencedores irão receber verbas que oscilam entre os 75 e os 700 milhões de dólares.

A CEDH não impõe reconhecer "casamento gay"

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos apoiou a decisão da Áustria de negar-se a casar dois homossexuais. Além disso, a sentença esclarece que a CEDH (Convenção Europeia de Direitos Humanos) não impõe aos Estados subscritores (isto é, aos países membros do Conselho da Europa) o reconhecimento do direito ao casamento gay.

Em Setembro de 2002, os austríacos Horst Michael Schalk e Johann Franz Kopf foram casar-se ao município de Viena. Mas este negou o pedido, argumentando que de acordo com a lei austríaca, o casamento só pode ser contraído entre um homem e uma mulher. A decisão foi ratificada pelo governo da capital em 2003 e, vários meses depois, pelo próprio Tribunal Constitucional austríaco.

Em Agosto de 2004, Schalk e Kopf recorreram da sentença do Tribunal Constitucional para o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, com sede em Estrasburgo. Os recorrentes alegaram que a Áustria estava a ofender o art. 12 (direito a contrair casamento) da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Schalk e Kopf argumentaram também que a decisão da Áustria constituía uma discriminação por razões da sua orientação sexual (proibida pelo art. 14 da Convenção), ao mesmo tempo que lhes negava a possibilidade do reconhecimento legal da sua união, o que – na opinião dos recorrentes – ofende o direito ao respeito da vida privada e familiar (reconhecido no art. 8 da Convenção).

Em primeiro lugar, diz o Tribunal Europeu, embora na sociedade actual a procriação já não seja um elemento decisivo do casamento civil, como têm argumentado os requerentes, isto não permite concluir que a Áustria esteja obrigada, em virtude do art. 12 da Convenção, a ter de reconhecer o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Além disso, os sete juízes do Tribunal defendem que a Convenção não obriga qualquer Estado subscritor a reconhecer o direito a casar-se dos homossexuais. Esta decisão caberá, em cada caso, a cada Estado.

Em seguida, o Tribunal analisa se a decisão da Áustria de restringir o casamento à união entre um homem e uma mulher discrimina ou não os homossexuais. Os juízes examinam primeiro o direito ao respeito pela vida privada e familiar de qualquer pessoa. A sentença constata que as atitudes sociais

para com as uniões das pessoas do mesmo sexo tiveram uma evolução ao longo dos últimos anos. Daí conclui – sem explicar muito bem porquê – que a convivência estável entre dois homossexuais é equiparável à de duas pessoas de sexo diferente e, portanto, podem ser incluídos no conceito de “vida familiar”.

Ora, uma vez que a relação de convivência dos recorrentes ficou legalmente reconhecida na Áustria (após a entrada em vigor da Lei de Uniões Civis em Janeiro de 2010), a sentença esclarece que não é missão do Tribunal dizer a nenhum país do Conselho da Europa como deve regulamentar essas uniões.

Daí, ter o Tribunal concluído – por 4 votos a favor e 3 contra – que a decisão da Áustria, de não reconhecer às uniões homossexuais os mesmos direitos que têm os casamentos, não ofende a proibição de discriminação prevista no art. 14 da Convenção.

A Lei de Uniões Civis da Áustria não permite às uniões do mesmo sexo a adopção de filhos em conjunto, nem adoptar os do outro membro dessa união.

Venezuela sob o poder do crime

Um título do diário “El Nacional” de Caracas recordou aquilo que os venezuelanos têm vindo a sofrer há alguns anos e que provocou a polémica. Esses corpos espalhados na morgue fariam pestanejar até o mais insensível. A insegurança e a violência dispararam na Venezuela com números que ultrapassam os do Iraque e do México.

Na capital e restantes cidades do país já é paisagem comum ver fortalezas onde antes havia casas, zonas onde ninguém se aventura quando antes eram frequentadas até de noite. A oposição acusa o governo de Hugo Chávez de não enfrentar o problema – não divulga estatísticas sobre violência desde 2005 – e a administração bolivariana acusa os opositores de quererem obter efeitos políticos do assunto.

Após esse título do “El Nacional” de 13 de Agosto passado, o governo proibiu os diários de publicarem notícias e imagens sobre violência. Longe de se submeter à medida, o jornal de Caracas divulgou um inquérito do Instituto Nacional de Estadística (INE) – instituição governamental –, que alguém filtrou para este meio de comunicação. O estudo, intitulado “Encuesta Nacional de Victimización y Percepción de la Seguridad Ciudadana”, revelou alguns dados pavorosos: houve na Venezuela, em 2009, 19.133 assassinios, 75 por cada 100.000 habitantes, bastante mais que os 49 por 100.000 de 2006. Foram 16.917 sequestros em 2009, 46 casos denunciados por dia.

O “The New York Times” publicou em 23 de Agosto passado um artigo que contribuiu para aumentar a polémica em torno da falta de segurança no país caribenho. O matutino norte-americano indicou que na Venezuela morrem por homicídios

mais pessoas do que em países onde se enfrenta o terrorismo islâmico – Iraque – ou uma guerra gerada pelo tráfico de droga como é o caso do México.

Segundo o Iraq Body Count, pormenorizou o “The New York Times”, em 2009, morreram 4.644 civis devido ao conflito armado no Iraque, contra os mais de 19.000 na Venezuela de acordo com o INE, ou 16.000, como assegura o Observatorio Venezolano de Violencia (OVV). O México, por seu turno, concentrado numa batalha sem quartel entre o Exército e os grupos de traficantes da droga, teve mais de 28.000 mortos devido a assassinios desde 2006; pelo contrário, em solo venezuelano, houve desde 2007, quase 44.000 homicídios.

Para o presidente Chávez, o crescente problema da violência não se circunscreve apenas à Venezuela, tratando-se de um problema à escala mundial. Para o líder bolivariano, a falta de soluções tem a ver com os governos que o precederam quando a pobreza da população venezuelana “tinha atingido os 70% e a miséria havia chegado aos 25%”.

De qualquer forma, desde 1999, houve no tempo da Presidência chavista, mais de 118.000 assassinios no país, de acordo com um relatório do OVV. O mesmo estudo referiu Caracas como a cidade mais perigosa da América Latina com uma média de 200 assassinios por cada 100.000 habitantes, mais do que Bogotá – a capital colombiana – que tem 22,7 homicídios por cada 100.000 habitantes, e São Paulo – a maior cidade do Brasil – com 14 por cada 100.000.

O governo venezuelano assegura que formou uma nova divisão da Polícia e que está a trabalhar activamente num sector da cidade de Caracas onde conseguiu reduzir consideravelmente os homicídios e os roubos.

Para fechar o panorama, o OVV destacou que 90% dos crimes na Venezuela não são esclarecidos. Os relatórios deste instituto indicam que em 1999, quando Chávez assumiu o poder, foram contabilizadas 5.017 detenções por homicídios; em 2009, esse número caiu para 1.491.

Neste sentido, o número de detidos por cada cem assassinios passou de 110 presos em 1999, para 9 em 2009. De acordo com o OVV, a quantidade de casos impunes subiram até 100.045 desde que Hugo Chávez se tornou presidente da república da Venezuela.

A Justiça venezuelana politizou-se, especialmente desde 2004, de tal modo que os magistrados são quase todos chavistas. Os assuntos que prosperam judicialmente são aqueles movidos contra os opositores ou contra directores de meios de comunicação social. É assim que funciona a Venezuela de Chávez, é assim que funciona a justiça num país cujo governo procura desesperadamente melhorar uma imagem em baixa e uma economia extremamente afectada.

P. D.

Hawking não explica a criação a partir do nada

Stephen M. Barr, professor de física na Universidade do Delaware, escreveu em "First Things" (10 de Setembro de 2010) sobre o último livro de Stephen Hawking, "The Grand Design", e defende que a sua teoria da criação quântica não explica, nem pode fazê-lo, por que existe o universo.

Stephen Barr é taxativo: "As ideias propostas no livro de Hawking não constituem qualquer ameaça para a doutrina judaico-cristã da criação". Na argumentação do astrofísico britânico não há nada de novo; acolhe, simplesmente, uma teoria já conhecida no âmbito científico da física quântica.

Explica Barr que se "trata de uma ideia extremamente especulativa, que ainda não foi formulada de um modo matematicamente rigoroso e, portanto, não se pode nesta altura fazer qualquer vaticínio comprovável. Além disso, é difícil imaginar como poderia verificar-se". Ora, isto não significa, acrescenta, que os crentes não devam prestar atenção a estas propostas, pois a possibilidade de criação de diferentes universos quânticos não carece de fundamento.

No artigo publicado pela "First Things", Stephen Barr avança algumas explicações científicas. A mecânica quântica tem em conta sistemas físicos com possíveis e diferentes "estados quânticos", que se regem pelas leis da dinâmica. Graças a estas leis e aos princípios fundamentais da física quântica, pode-se calcular a probabilidade de um sistema mudar de um estado para outro.

Pode aplicar-se esta teoria ao nosso universo? "Para os físicos, diversamente dos teólogos ou metafísicos, o conceito de universo não significa 'tudo o que existe' ou 'a totalidade das coisas', precisa. Significa uma estrutura física autónoma, com inúmeros espaços-tempo, partículas e outros elementos a movimentarem-se nesse espaço-tempo". Nesse sentido, pode haver uma multiplicidade de universos, com alguns a assumirem a sua existência, enquanto outros saem dela, por exemplo. Diferentes universos físicos compõem o que se denomina de "sistema de universos". "Quando o número de universos muda, isso deve-se ao facto de o sistema global ter sofrido uma transição de um estado quântico para outro", transições e mudanças que se explicam a partir das leis da dinâmica.

Aquilo que Hawking defende no seu livro é a possibilidade de que num sistema de universos já existente, pudesse passar-se de um "estado de não universo", para outro estado com um ou mais universos. "Seria isto uma criação no sentido dos teólogos, interroga--se Barr? (...) A resposta é não", porque não começa do nada. "O 'estado de não-universo' nestes cenários especulativos não é 'nada', mas algo muito definido: é um particular estado quântico entre muitos de um complicado sistema regido por leis (...), tem propriedades específicas e potencialidades definidas matematicamente".

Para o explicar, Barr recorre a um exemplo: Uma conta bancária pode ser considerada como um sistema com muitos estados: a zero, centenas de dólares, números negativos... No sistema há lugar, com efeito, a transições entre diferentes estados. "Por exemplo, encargos por créditos ou juros a cobrar. Inclusivamente, se a conta passar para zero num determinado dia, a conta, de qualquer forma, é algo definido e real, não é 'nada'. Pressupõe um banco, um sistema monetário, um contrato, tudo isso regido por diferentes sistemas de regras".

Ora, "a teoria quântica de criação de um universo – na versão de Hawking ou na de outros – é similar à transição que sucede numa conta a zero para uma repleta de dinheiro. Por isso, o 'nada' de que parte Hawking na sua teoria da criação do nosso universo não é um 'nada' em sentido metafísico". O seu nada, por assim dizer, "existe no quadro de um complexo sistema global com regras específicas. Desta forma, podemos ver que, a serem verdadeiras, as teorias apresentadas por Hawking não ameaçam a doutrina clássica da criação a partir do nada".

De facto, conclui no seu artigo o professor Barr, todas as perguntas sobre a criação a partir do nada se situam fora do âmbito da ciência: sobre elas, a física não nos pode oferecer respostas. A este propósito, refere uma frase de um livro de Hawking, "Breve história do tempo", no qual o cientista britânico salientava: "O enfoque habitual da ciência de construir um modelo matemático, não pode responder à pergunta do que levaria à existência de um universo para o modelo que descreve".

(In "First Things")

Green Zone: Combate pela Verdade

Realizador: Paul Greengrass
Actores: Matt Damon; Brendan Gleeson
Música: John Powell
Duração: 115 min.
Ano: 2010

O conflito no Iraque começa a ser palco de vários filmes mais ou menos ficcionais ou realistas. Neste caso, deparamos com um oficial encarregado de descobrir as "armas de destruição maciça".

Depois de várias missões infrutíferas, começa a desconfiar de que exista algum erro nas ordens que recebe para investigar as diferentes pistas. Quer aprofundar de quem parte a decisão de pesquisar os locais suspeitos, mas onde nada se encontra. Fala com uma jornalista. Os mass media poderiam ajudá-lo com novos indícios, mas sente que também esses estão sujeitos a pressões e ânsia de respostas que levam a informações inexactas. Ele próprio constata isso ao confrontar a repórter com os dados que ela transmitia como sendo de fonte fidedigna...

Finalmente, as tentativas do rapaz fazem com que consiga contactar directamente com um general inimigo, a tal "fonte", algo que ninguém conseguira até aí...

O desenrolar da história vai ser desempenhado por um iraquiano. Ele tinha um grande interesse pessoal em querer "apanhar" esse mesmo general. Prova ao oficial americano que era de confiança.

Dá pistas concretas e reais que se confirmam verdadeiras. Trabalhando juntos, alcançam o objectivo. Estava empenhado a sério nessa questão. No final, vai conseguir resolver tudo à sua maneira, mas de um modo que pode parecer incompreensível a outros olhos... é que nem toda a satisfação é quantificável materialmente...

Tópicos de análise:

1. O entusiasmo cresce perante desafios nobres e elevados.
2. Ouvir opiniões alheias ajuda a não nos guiarmos cegamente apenas pelo interesse pessoal.
3. A percepção de algo na sua totalidade só se adquire confrontando várias fontes.